

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUSTAVO WATTS DA SILVA LUCAS

**Prosperidade e liberdade: o papel das instituições e
da globalização no desenvolvimento econômico**

Recife
2016

GUSTAVO WATTS DA SILVA LUCAS

Prosperidade e liberdade: o papel das instituições e da globalização no desenvolvimento econômico

Monografia de conclusão de curso apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro.

Recife
2016

Lucas, Gustavo Watts da Silva

Prosperidade e liberdade: o papel das instituições e da globalização no desenvolvimento econômico. / Gustavo Watts da Silva Lucas. – Recife: O Autor, 2016.

44 f.; il.

Orientador(a): Prof^a. Pós-Dr. Thales Cavalcanti Castro.

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

Inclui bibliografia.

**1. Relações Internacionais. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Liberalismo.
4. Integração econômica. 5. Globalização. I. Título.**

**327 CDU (2.ed.)
327 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2017-517**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Gustavo e Cristiane, pelo apoio que recebi até aqui, pela confiança depositada em minha pessoa. Agradeço por nunca terem medido esforços pessoais e financeiros, para que eu pudesse estar onde hoje eu estou.

À minha família, irmão, tias, tios, primos, primas, avós e bisavó. Às amizades criadas na faculdade ou não. À minha namorada, Barbara, e aos amigos mais próximos por todo apoio e pela ajuda que recebi durante toda a graduação.

Ao meu orientador Dr. Thales Cavalcanti Castro, agradeço, por ter aceitado me apoiar e me orientar neste trabalho de conclusão de curso e por ter acreditado em mim e no tema que escolhi defender. Agradeço também o Prof. Dr. Fábio de Oliveira pela ajuda depositada no início da confecção deste trabalho.

A todos os professores que tive o prazer de conhecer durante a graduação. Nominalmente a alguns professores que mercaram de uma maneira ou outra esta jornada: Elton Gomes, Luciana Lira, Maurício Wanderley, Pedro Paulo Procópio, Ricardo Japiassu, Susan Lewis, Pedro Soares, Antônio Henrique Lucena, Bianor Teodósio e Lytiene Rodrigues. A todos os professores que passaram por minha vida desde a infância à conclusão deste curso por terem dado suporte na minha formação pessoal, acadêmica e profissional.

Agradeço também à toda equipe de funcionários da Faculdade Damas, por todo suporte prestado durante esses anos.

Em especial agradeço também ao economista que mais tem me inspirado e que foi central para o desenvolvimento deste trabalho: Milton Friedman. Agradeço por ter sido um dos precursores dos ideais de liberdade e prosperidade humana, por ter inspirado direta ou indiretamente tantos outros autores e economistas que têm influenciado o mundo e a mim.

Por fim, agradeço a qualquer um que tenha influenciado minha vida para que este momento tenha chegado.

Obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a prosperidade e a liberdade econômica, apontando e explicando os fatores determinantes ao desenvolvimento dos países. Além disso, expor o papel decisivo das instituições formais e informais na criação de um ambiente propício ao crescimento. Ainda elucidar sobre a influência do processo de globalização e da integração econômica e do comércio internacional no desenvolvimento dos países mais pobres. Tomando como base teorias econômicas liberais este trabalho busca esclarecer um pouco o mistério do crescimento econômico e a razão de alguns países alcançarem a prosperidade, enquanto outros se mantêm na pobreza.

Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico; Liberalismo; Instituições; Globalização.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between prosperity and economic freedom, pointing out and explaining the factors determining the development of countries. In addition, aims to expose the decisive role of formal and informal institutions in creating an environment appropriate to growth. And further to elucidate the influence of globalization and international economic integration and trade in the development of the poorest countries. Based on liberal economic theories this work seeks to shed some light on the mystery of economic growth and why some countries achieve prosperity, while others remain in poverty.

Keywords: Economic Development; Liberalism; Institutions; Globalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Liberdade econômica e crescimento econômico de 1990 a 2010.	19
Gráfico 2 – Liberdade econômica e renda per capita	19
Gráfico 3 – Liberdade econômica e níveis de pobreza extrema e moderada	20
Gráfico 4 – Liberdade econômica e renda anual dos 10% mais pobres	20
Gráfico 5 – Liberdade econômica e liberdades civis e direitos políticos	21
Gráfico 6 – Liberdade econômica e expectativa de vida	21

SUMÁRIO

1. DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE ECONÔMICA.....	08
1.1 Definição.....	09
1.2 O caminho ao desenvolvimento.....	10
1.3 Diferenças entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento .	12
1.4 Liberdade econômica.....	16
1.5 Capitalismo clientelista.....	17
1.6 Facilidade para fazer negócios.....	18
2. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES	23
2.1 Instituições Informais.....	26
2.2 Instituições Formais.....	27
3. COMÉRCIO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

1. DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE ECONÔMICA

Com o fim da Segunda Guerra Mundial temas de caráter econômico ganharam relevância no cenário internacional. Países europeus e asiáticos elaboram profundas reformas para reaver o crescimento de suas economias arrasadas por conflitos. O comércio entre as nações adquiriu novo fôlego depois de décadas de represamento o que também influenciou na mudança do sistema econômico.

Simultaneamente ocorria a Guerra Fria e um claro embate entre o capitalismo e o modo de produção comunista. Em meio a essas transformações políticas e econômicas as diferenças entre os países ficaram mais latentes. Comumente as nações passaram a ser categorizadas em: primeiro, segundo e terceiro mundo. Os países do primeiro grupo eram os de economias mais desenvolvidas, industrializadas e capitalistas. Depois vinham os países do bloco comunista, com suas economias planificadas e marcadas pela alta intervenção estatal. E, por fim, estavam os países mais pobres, também chamados de subdesenvolvidos, marcadamente localizados na América Latina, África e Ásia.

Já no fim do século e com a queda do bloco comunista os antigos países do segundo mundo passaram a readequar suas economias aos princípios do mercado. A divisão então passou a ser entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. A globalização mais intensa também incentivou novas discussões sobre quais fatores seriam ou não responsáveis pelo crescimento das economias e porque alguns países se mantinham estagnados enquanto outros haviam conseguido convergir suas economias com as mais desenvolvidas, processo conhecido como *catching up*.

Catching up em inglês significa alcançar ou recuperar o atraso. Na literatura econômica este é conhecido como o processo pelo qual os países mais atrasados alcançam os mais avançados. Foi por esse processo que passaram países como Israel, Chile e os Tigres Asiáticos.

No meio econômico começaram a surgir debates sobre quais elementos presentes nos países mais ricos deveriam ser reproduzidos e replicados pelos mais pobres. O papel das instituições e a influência da globalização também passaram a ser temas relevantes para aqueles que traçavam estratégias visando o desenvolvimento.

1.1 Definição

O desenvolvimento econômico é um conceito que não se caracteriza apenas pela acumulação de capital, mas sim, quando tal fenômeno se reflete em um aumento de renda, produtividade, salários e do bem-estar da população. Tal definição não é uniforme. Especialistas e organismos internacionais qualificam “economias desenvolvidas/avançadas” de maneiras diferentes. Contudo, existem alguns fatores que são amplamente aceitos no debate sobre o desenvolvimento econômico. São eles: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a renda *per capita* e o nível de industrialização.

Segundo Bresser-Pereira(2006, p. 1):

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos estados e sua principal instituição econômica, o mercado, para promover o desenvolvimento.

Para o economista e Nobel da paz Amartya Sen (2000) o desenvolvimento não é um fim em si mesmo e tem como causa e, ao mesmo tempo, efeito a liberdade. Segundo ele a única forma de atingir o desenvolvimento seria retirando e reduzindo as barreiras às liberdades sociais, políticas e econômicas, para, assim, promover uma melhora na qualidade de vida dos indivíduos.

Conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2016) o número de países desenvolvidos não ultrapassa os 50, cerca de $\frac{1}{4}$ do número total de nações no planeta. Essas economias estão basicamente localizadas na Europa, América do Norte e Oceania, com exceções na Ásia (como Japão, Coreia do Sul e Singapura) e na América Latina (Chile). Enquanto isso os Estados mais pobres também podem ser identificados no eixo entre América Latina, África e regiões da Ásia.

1.2 O caminho ao desenvolvimento

O século passado foi marcado pelo rápido avanço de diversas tecnologias e da globalização. Nas últimas décadas o mundo viu economias crescendo em velocidades, até então, inéditas. Enquanto o Reino Unido levou, no século XVIII e XIX, 60 anos para dobrar sua renda per capita, alguns países, durante o século XX, o fizeram em duas décadas. Outros, ainda, chegaram a quintuplicar sua renda média em 40 anos (BANCO MUNDIAL, 1991).

Para Boyer e Drache (1996, apud BOYER, 1999 p.1):

A história econômica deste século passado ofereceu grande número de fenômenos originais: novos países foram admitidos no clube das economias desenvolvidas, outros conheceram períodos de estagnação e de crise, desmentindo os prognósticos otimistas feitos a seu respeito e, é evidente, a heterogeneidade das trajetórias nacionais na própria época da mundialização não deixou de renovar as reflexões teóricas.

Em importante relatório em meados da década de 90 o Banco Mundial caracterizou o desenvolvimento como “o mais importante desafio enfrentado pela raça humana” e “uma tarefa avassaladora”, contudo ele não seria um sonho impossível, mas sim, uma realidade factível. Porém, apesar dos avanços alguns países ainda têm crescido muito pouco, tendo, inclusive, aumentado seus níveis de pobreza.

Com o aumento intenso dos fluxos de comércio e capital os mercados do mundo estavam cada vez mais integrados entre si. Isto ficou claro na década de 1970 com o primeiro choque do petróleo. Durante este período os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiram deliberadamente elevar o preço deste insumo, o que prejudicou a economia de muitos Estados, inclusive os mais desenvolvidos.

Em meio a um cenário de extrema dependência e interação econômica, teóricos das Relações Internacionais deram ênfase a já conhecida teoria da interdependência (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Keohane e Nye (1987) defenderam que a interdependência surgia da intensificação das transações financeiras, do crescimento no volume de comércio e pela maior atuação de empresas multinacionais, o que se resumia numa crescente interligação entre as economias nacionais.

Apesar de a interdependência gerar custos, como ficou evidente com a crise do petróleo, ela também gera grandes benefícios. Os países mais ricos vendiam gradativamente mais bens manufaturados, enquanto podiam aproveitar mão de obra e matérias-primas mais baratas vindas dos mercados menos desenvolvidos.

Esta fase de maior cooperação econômica e liberalização do comércio forneceu amplas vantagens para o desenvolvimento dos mercados mais ricos da América do Norte e da Europa. Contudo, outros países também puderam aproveitar este momento de benesses ao adequar suas estratégias e políticas econômicas ao mundo globalizado e integrado. Exemplo disto foi, como será analisado nos próximos capítulos, o milagre asiático, quando países, como Japão, Coreia do Sul, Singapura, Hong Kong e Taiwan experimentaram altas taxas de crescimento ao orientar seu desenvolvimento para as exportações.

Apesar das Economias de Alto Desempenho da Ásia (EADAs) terem evidenciado a possibilidade de que países pobres poderiam ter um rápido crescimento econômico, elas ainda são a exceção. Economias menos desenvolvidas da América Latina e África permaneceram com baixos níveis de renda e industrialização. Durante as décadas de 1970 e 1990 o economista Xavier Sala-i-Martin calculou os índices de pobreza em 97 países. No começo do seu estudo 11% dos pobres do mundo estavam na África, enquanto 76% eram asiáticos. Já no fim do século XX houve uma troca de posições e a cota de pobres no continente africano tinha subido para 66%, porém na Ásia o número tinha declinado rapidamente para 15% da população pobre mundial. (SALA-I-MARTIN, 2002).

Este fenômeno tem se repetido também nos últimos anos. Como publicado na Folha de São Paulo, pelo economista e diplomata Marcos Troyo (2015), a parcela de participação da América Latina e da África subsaariana no PIB mundial se manteve estagnada entre 2004 e 2014 (9% e 3% respectivamente). Enquanto isso, puxada pelo crescimento da China e da Índia, a Ásia teve sua participação no PIB elevada de 19% para 29%.

1.3 Diferenças entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento

Durante todo o século XX – e ainda hoje – economistas procuraram traçar padrões nas economias desenvolvidas que as diferem das nações mais pobres. Em nível internacional Solow (1956) e Schumpeter (1911), escreveram importantes

obras sobre o assunto. Já no Brasil Giambiagi e Schwartzman (2014) são relevantes nomes para o tema.

Alguns pontos em comum entre os estudos citados podem ser identificados. Um deles é a questão da produtividade. Mercados mais desenvolvidos tendem a ser mais produtivos, pois conseguem produzir mais, utilizando a mesma quantidade de recursos. Isso explica porque um operário norte-americano ou coreano pode produzir mais carros do que um trabalhador brasileiro ou nigeriano, por exemplo. A produtividade geralmente surge como resultado de uma maior concorrência e de maiores investimentos na educação e em pesquisa e desenvolvimento.

Outro fator tratado é o do gasto público. Países mais ricos geralmente gastam o dinheiro público de forma mais eficiente, privilegiando investimentos a gastos correntes e, nestes últimos, ressaltando a saúde e a educação em detrimento dos outros. A máquina pública também tende a ser mais enxuta nesses países o que permite que os gastos sejam feitos de forma mais eficaz, pois são reduzidas as perdas com burocracia e os custos de mão de obra.

Há também uma clara diferença em relação à infraestrutura. Os países mais desenvolvidos gerem melhor seus portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. Além disso, o uso de tecnologia é amplamente utilizado tanto na indústria quanto pela população em geral. Portanto, uma infraestrutura mais eficiente tende a influenciar de forma positiva todo o ciclo econômico, da produção ao consumo.

Outros pontos percebidos em economias mais ricas são: maior investimento (externo e doméstico), melhores níveis de educação e saúde, sistema legal e jurídico mais eficiente, controle das contas públicas, menor desigualdade na distribuição de renda. Todos esses fatores citados, além de outros, resultam num crescimento maior do PIB, que trará consigo melhores índices de renda.

Giambiagi e Schwartzman (2014) ainda concluem que um maior gasto governamental, via crédito e outras políticas monetárias expansionistas – atitude muitas vezes tomada por governos de nações mais pobres – podem estimular a atividade econômica atual, contudo, “a longo prazo, o que conta são os itens enumerados anteriormente”.

Existem diversas teorias para explicar porque alguns países se mantêm pobres, enquanto outros experimentam um rápido desenvolvimento. Para Paul Krugman (1997) as economias em desenvolvimento, em detrimento das já

desenvolvidas, têm características semelhantes que explicam a estagnação e o baixo crescimento.

Uma dessas características é o mercado financeiro pouco desenvolvido. Em geral os mercados de ações desses países são rudimentares ou inexistentes, assim como os mercados de dívida a longo prazo. Os empréstimos bancários para indústrias e para o setor agrícola são controlados pelo governo, que geralmente mantém as taxas de juros artificialmente baixas por decreto, ou por subsídios. Dessa forma os governos controlam o mercado de crédito financiando e favorecendo com baixas taxas de juros as empresas e setores escolhidos.

Como resultado, as taxas de poupança são baixas e grande parte do dinheiro poupado financia atividades governamentais o que torna oneroso direcionar o que resta para investimentos privados (KRUGMAN, 1997). Este tipo de interferência governamental no mercado de crédito pode ser percebido em anos recentes no Brasil com a atuação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e de outros bancos públicos (como a Caixa e o Banco do Brasil).

Outro obstáculo comum enfrentado pelas economias em desenvolvimento é o papel penetrante do governo. Krugman afirma que os governos desses países estão diretamente envolvidos no gerenciamento dos mercados, de maneira muito mais notável do que nos países industrializados. Na década de 1990, por exemplo, metade do Produto Nacional Bruto (PNB) brasileiro era produzido por estatais. Nos últimos anos, contudo, há uma crescente onda de privatizações de empresas públicas, incentivada pelo corte de déficits. Porém, devido ao já mencionado subdesenvolvimento dos mercados financeiros, muitas dessas privatizações dependem de capital estrangeiro o que desencoraja tal política por parte de partidos e governos mais protecionistas.

Outro ponto recorrente nos países mais pobres é a inflação. A teoria monetarista explica que o “imposto inflacionário” é causado por políticas monetárias expansionistas, ou seja, o governo emite mais moeda do que o demandado pelo mercado, geralmente para cobrir o déficit e a dívida pública. Outra causa habitual da alta inflação é a estratégia de desvalorização cambial para alcançar maior competitividade frente aos bens produzidos nos países mais ricos.

Contudo, como mostra Milton Friedman (1968 apud RIBEIRO, 2013), o aumento dos gastos governamentais não serviria como política anticíclica em tempos de crise, como pregava Keynes, ao contrário, ele prolongaria o período de

recessão e estagnação. Dessa forma, como identifica Krugman, os índices de inflação dos países pobres geralmente são sensivelmente maiores que os dos países desenvolvidos.

Krugman ainda ressalta outra característica das economias mais atrasadas: Taxas de câmbio administradas e moedas não conversíveis. A maioria dos países em desenvolvimento controla as taxas de câmbio e as transações feitas em moeda estrangeira. Isso acontece principalmente pelo desejo do governo de usar a taxa de câmbio como instrumento para a política comercial. Como já citado, muitos países tendem a desvalorizar suas moedas para tentar um aumento de suas exportações e impulsionar um superávit na balança comercial.

Tais políticas, contudo, resultam em inflação e no surgimento de mercados negros abastecidos por moeda estrangeira, geralmente o dólar, que circula de maneira ilegal. No século passado poucos países em desenvolvimento adotavam a flutuação cambial, como o Peru, o Panamá e Israel (hoje já desenvolvido), todavia tiveram bons resultados na estabilização de suas moedas. Atualmente mais países adotam um câmbio flutuante, porém o controle continua na forma de bandas, onde o governo interfere para manter a taxa de câmbio dentro de certos limites.

As economias menos dinâmicas também são, usualmente, primário exportadores. Ou seja, países menos desenvolvidos tendem a ter grande parte de suas exportações baseadas em alguns produtos agropecuários e minerais. É o caso da Nigéria e da Venezuela com o petróleo, do Brasil com a soja e o frango, da Malásia com a borracha e da Argentina com o trigo. Por isso, muitas vezes, o crescimento ou a estagnação desses países está intimamente ligada à cotação de preços desses bens no mercado internacional, aumentando a instabilidade de suas economias.

O economista indiano Jagdish Bhagwati (2004) ainda acrescenta que os países mais pobres são notadamente mais protecionistas do que os países mais ricos, que tendem a adotar políticas em favor da liberalização comercial. Países latino-americanos e africanos têm adotado maiores barreiras comerciais, aumentando taxas sobre as importações e criando outras barreiras não tarifárias, em busca do que ficou conhecido como industrialização por substituição de importações. Estas políticas voltadas para dentro tiveram bastante aceitação pelos governos da América Latina, sendo endossadas pela CEPAL (Comissão Econômica

para a América Latina e o Caribe) e por economistas como Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Enquanto isso países como Singapura e Hong Kong, durante o milagre asiático e o Chile, durante o regime de Pinochet, adotaram estratégias de desenvolvimento voltadas para fora, incentivando as exportações e diminuindo gradativamente suas barreiras comerciais. Estes países não só conseguiram estabilizar seus mercados de forma mais eficaz como também experimentaram um rápido aumento da renda nacional e hoje figuram entre os países de maior renda. O protecionismo, e o desenvolvimentismo, portanto, não seria a maneira mais eficaz para desenvolver ou dinamizar as economias mais pobres (BHAGWATI, 2004).

Um ponto comum às mencionadas políticas econômicas dos países em desenvolvimento é forte presença do Estado como propulsor do crescimento. Porém, o já citado relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento é enfático ao afirmar que “hoje, há indícios mais claros, tanto em países industrializados quanto em países em desenvolvimento, de que é melhor não se pedir aos governos que dirijam o desenvolvimento”. Tal conclusão se dá devido à intervenção estatal retardar o crescimento econômico – ou até resultar em crescimento negativo - através do aumento de impostos, isolamento econômico, redução da concorrência e interferência nos preços, por exemplo.

1.4 Liberdade econômica

O Instituto Fraser é uma organização canadense responsável por medir o grau de liberdade econômica dos países. Em seus relatórios são usados dados como: impostos, gasto governamental, liberdade de comércio (doméstico e internacional), direitos de propriedade, estrutura legal e regulações trabalhistas, empresariais e no mercado de crédito. No ranking de 2016, utilizando dados de 2014 e feito com 157 países, Singapura, Hong Kong, Nova Zelândia e Suíça estão entre os de maior liberdade, já entre os com maior controle estatal estão Venezuela, Congo, Líbia e Chade.

Segundo o relatório do instituto a liberdade econômica é um importante indicador de bem estar da população. Nos países do grupo mais livre a renda per capita média era de U\$ 38.601, enquanto no último grupo ela gira em torno dos U\$ 6.986. Quando comparada a renda média dos 10% mais pobres a diferença

proporcional é ainda maior: U\$ 9.881 nas economias do primeiro grupo contra U\$ 1.629 nas de maior controle estatal. Ou seja, a renda per capita dos mais pobres das nações mais livres é quase 50% maior do que a renda per capita geral das últimas economias do ranking. Até mesmo a expectativa de vida é substancialmente maior entre os mais livres – 80 anos contra 63 do grupo com maior intervenção estatal.

Desde levantamentos de dados como esses, na década de 1980, estudos têm mostrado, quase em unanimidade, que o índice de liberdade econômica está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e a renda per capita da população (HALL; LAWSON, 2014)

1.5 Capitalismo clientelista

Como se pode perceber grande parte dos países do mundo não tem um governo limitado e mesmo nações com históricos tradicionalmente democráticos e pró-mercado podem ter suas instituições econômicas fortemente dependentes do governo. Países capitalistas que possuem presença estatal constante no mercado e relação próxima entre governo e corporações fazem parte do sistema que ficou conhecido como *crony capitalism*.

O “capitalismo de compadres” funciona quando governos tentam influenciar o desempenho econômico de seus países ao liberarem benefícios a setores e empresas escolhidas por princípios políticos e arbitrários. Este conceito ganhou relevância no debate econômico no fim da década de 1990 com a crise asiática, quando parte das empresas beneficiadas diretamente por seus governos faliram. É comum a este sistema a existência de subsídios, benefícios fiscais e proteção comercial, sempre em favor dos “escolhidos” e em detrimento ao resto da economia.

No sudeste asiático o rápido crescimento dos Tigres Asiáticos, especialmente causado pela liberalização comercial, influenciou no aumento de lucros e de poder político de muitos grupos empresariais. Alguns governos, principalmente o da Coreia do Sul, atuaram para a facilitação de crédito e financiamento para as grandes empresas. Com apoio estatal as empresas se endividaram e puderam se aventurar em investimentos de maior risco. Esse forte corporativismo acabou por debelar a crise em 1997.

O economista Ruchir Sharma, em seu livro *Os Rumos da Prosperidade* (2012), expõe que, durante o século passado, foi grande o número de nações

emergentes, porém poucas delas conseguiram manter um nível de crescimento sustentado. Muitas, ao chegarem ao nível de renda média, viram seus índices de desenvolvimento estagnar. Malásia e Tailândia, por exemplo, pareciam estar a ponto de se tornarem nações ricas até que o capitalismo de compadrio, que se encontrava no centro de suas estruturas econômicas, causou uma grande crise financeira no final da década de 1990.

Na América Latina o capitalismo clientelista ganhou ainda mais força com o grande número de empresas geridas pelo governo e bancos públicos responsáveis por financiar grandes corporações (como os casos da Petrobras e do BNDES no Brasil). De fato, provavelmente não há nenhuma região em que os arranjos de compadrio sejam uma característica tão fundamental da economia como na América Latina (HARBER, 2002). Tal relação entre Estado e empresas gera distorções em princípios do mercado como o mecanismo de preços e a competitividade. Por conta do protecionismo e dos subsídios governamentais pequenas empresas e investidores estrangeiros têm ainda mais dificuldades de penetrar nesses mercados, impedindo assim a livre concorrência e estagnando a produtividade e o empreendedorismo.

Donald Stewart Jr. (1995 p.50) afirma que:

O intervencionismo invariavelmente protege alguns produtores em detrimento do consumidor, enquanto que a liberdade de entrada no mercado favorece o consumidor, obrigando o produtor a “descobrir” a maneira de satisfazê-lo. Quando o caminho do sucesso deixa de ser o de produzir algo melhor e mais barato e passa a ser o de obter os favores do “rei”, ou de ser “amigo do rei”, a sociedade se degenera moralmente e empobrece economicamente.

E Ubiratan Iorio (2013, p.39-40) completa:

Intervencionismo e empreendedorismo são estados contraditórios. Não admitem meios termos, da mesma forma que não há meio termo entre chover e não chover: ou está chovendo ou então não está; ou há empreendedorismo ou intervencionismo. [...] O empreendedorismo brota do espírito criativo dos indivíduos, que os leva a assumir riscos para criar mais riqueza. Para que possa florescer, depende de quatro atributos: governo limitado, respeito aos direitos de propriedade, leis boas e estáveis e economia de mercado. Quanto mais uma sociedade afastar-se desses pressupostos, mais sufocada ficará a atividade de empreender e mais prejudicada a economia, pois não se conhece exemplo de desenvolvimento econômico sem a presença de empreendedores.

1.6 Facilidade para fazer negócios

Outro fator, atrelado a liberdade econômica, e que também pode indicar uma maior oportunidade para o crescimento é a facilidade para fazer negócios. Um cenário pró-empresendedorismo é mais propenso ao desenvolvimento, pois os empreendedores são a força motriz do crescimento econômico (SCHUMPETER, 1911). A teoria da destruição criadora de Schumpeter, então, enfatiza o papel do empreendedor como motor do crescimento, mostrando como eles introduzem inovações no mercado transformando produtos e tecnologias existentes em obsoletas. Isso acontece porque o aumento da concorrência eleva o nível de eficiência e produtividade no mercado (NICKEL; NICOLITSA; DRYDEN, 1997). A consequente inovação nos produtos e nos processos de produção é, portanto, fundamental na competitividade de um país (BARROS E PEREIRA, 2008).

A organização *Doing Business* mede, anualmente, a facilidade de fazer negócios em 189 economias. Alguns dos fatores utilizados são: a facilidade para criar uma empresa, para pagar impostos, para registrar propriedade e o cumprimento de contratos. Segundo o ranking de 2014 os cinco países com as melhores notas foram: Singapura, Nova Zelândia, Hong Kong, Dinamarca, Coreia do Sul e Noruega (o top 10 também é composto por países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália). Já o fim da lista é composto por: Eritreia, Líbia, República Centro-Africana, Sudão do Sul e Chade (outras economias que estão entre as piores notas são Venezuela, Haiti e Angola).

Existe, portanto, uma forte relação entre o índice de liberdade econômica e a facilidade para fazer negócios, como observado na comparação entre os rankings do Instituto Fraser e do *Doing Business*. No gráfico a seguir pode se perceber a relação entre crescimento da renda per capita e liberdade econômica entre 1990 e 2010 (DOINGBUSINESS.ORG,2009; GWARTNEY; HALL; LAWSON, 2016).

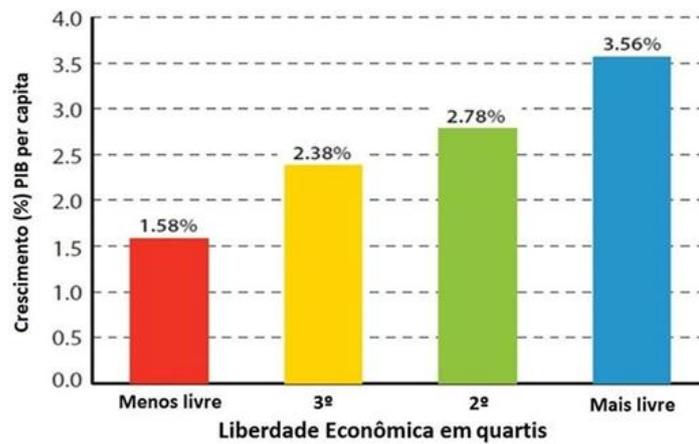


Gráfico 1 – Liberdade econômica e crescimento econômico de 1990 a 2010.

Porém, a liberdade econômica não está ligada apenas ao aumento da renda, mas também à redução da pobreza, aumento de liberdades políticas e civis e até melhora na expectativa de vida. Portanto, a liberdade econômica tem a ver tanto com o crescimento econômico quanto, de forma mais ampla, com o desenvolvimento. A seguir estão gráficos do *Fraser Institute* (GWARTNEY; HALL; LAWSON,2016) que mostram essas correlações.



Gráfico 2 – Liberdade econômica e renda per capita.

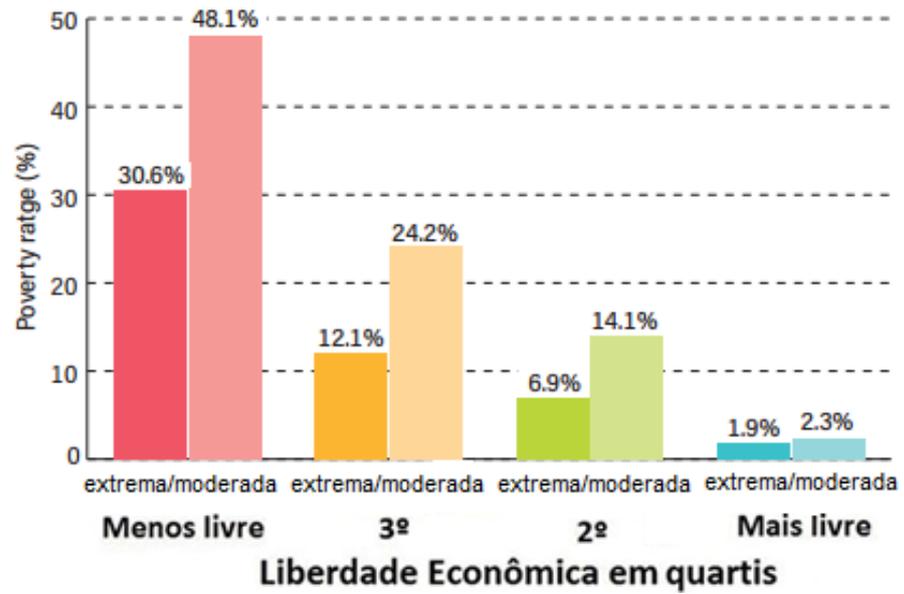


Gráfico 3 – Liberdade econômica e níveis de pobreza extrema e moderada.

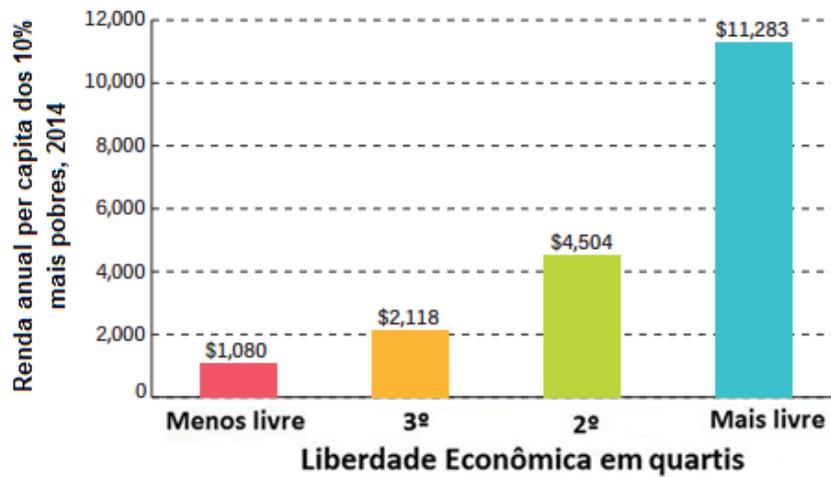


Gráfico 4 – Liberdade econômica e renda anual dos 10% mais pobres.

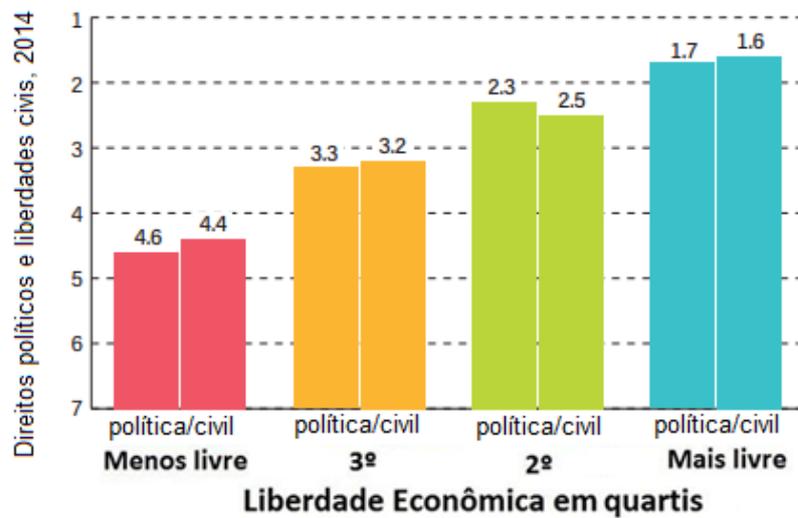


Gráfico 5 – Liberdade econômica e liberdades civis e direitos políticos. Os direitos políticos e liberdades civis são medidos em uma escala de 1 a 7 (1 = maior grau de direitos e liberdades; 7 = menor grau)

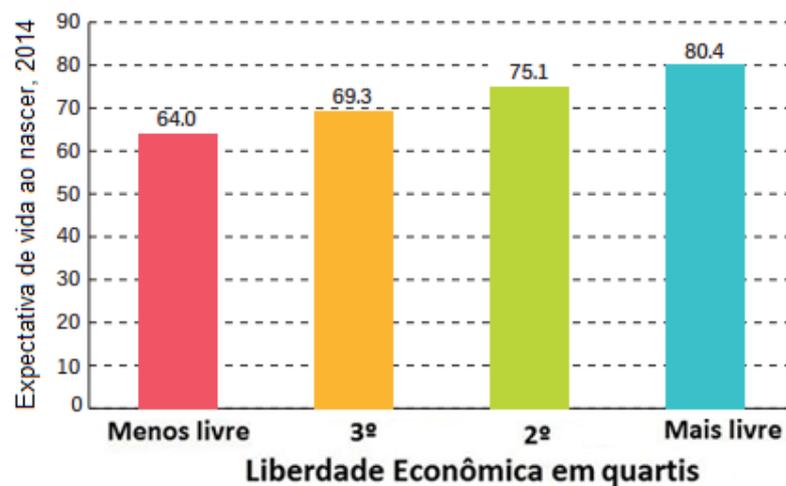


Gráfico 6 – Liberdade econômica e expectativa de vida.

Segundo esta linha de pensamento econômico ortodoxo o Council of Economic Advisers (U.S GOVERNMENT PRINTING OFFICE, 1998), órgão ligado à Casa Branca, escreveu relatório onde defende que o papel do governo não é o de sustentar o crescimento econômico com o gasto governamental, mas de forma mais sutil, o de oferecer a indivíduos e empresas os instrumentos para que prosperem por seus próprios esforços. Assim, o governo deveria ser usado para complementar, não substituir, o mercado e o setor privado. Dessa forma, segundo a teoria de Boyer (1999, p.3), os países em desenvolvimento sofreriam de uma insuficiência e não de um excesso de mercado e um Estado modesto seria “o maior dos trunfos para o desenvolvimento”.

Deve se perceber também que a argumentação liberal não visa somente o antigo planejamento autoritário dos soviéticos, mas também critica a quase totalidade das intervenções governamentais (BOYER, 1999). Nas palavras de Hayek (1973, apud BOYER, 199, p.3):

A observação do funcionamento dos regimes de tipo soviético ou das economias com fortes intervenções públicas sugeriu aos teóricos liberais que o construtivismo estatal estava fadado ao fracasso, por ser incapaz de gerir a complexidade dos fluxos de informação, característica das economias modernas, o que somente uma miríade de mercados descentralizados pode fazer.

É possível perceber, então, que, segundo as teorias expostas de viés liberal e ortodoxo, a maior liberdade econômica e a construção de um ambiente pró-mercado são importantes estratégias para o desenvolvimento econômico. Nenhum país conseguiu níveis sustentados de crescimento fora de uma economia de mercado. Cabe ao Estado, portanto, a manutenção de um contexto propenso para o pleno funcionamento do mercado. Além disso, o dirigismo governamental se mostra pouco benéfico para o desenvolvimento.

A próxima seção será reservada para explicações mais aprofundadas das teorias e estratégias que foram e que devem ser implementadas para que o mercado funcione de maneira a “despertar” as economias dos países em desenvolvimento, visando assim, um maior nível de renda e melhor qualidade de vida para seus cidadãos.

2. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

Esta seção tratará sobre alguns exemplos de reformas institucionais e liberalizantes imprescindíveis ao crescimento econômico. Um dos expoentes da nova escola institucionalista, Douglass North (LOPES, 2013), conceitua instituições como regras formais (leis e normas, por exemplo) e informais (convenções e códigos de conduta) da economia. Elas têm importância fundamental, pois servem como incentivos ou restrições à atividade econômica e, portanto, ao desenvolvimento.

Instituições são criações humanas que servem para reduzir incertezas, principalmente no âmbito do mercado. Dessa forma, o Estado tem papel crucial para determinar as “regras do jogo”, em especial para garantir os direitos de propriedade e a livre iniciativa e concorrência. Assim, estruturas institucionais diferentes não gerarão o mesmo tipo de desempenho econômico. Segundo a teoria em questão isso explicaria o porquê de alguns países se desenvolverem, enquanto outros permanecem na pobreza, inclusive quando possuem características étnicas e geográficas em comum.

Acemoglu e Robinson (2012) ao tentar explicar as origens da prosperidade e da pobreza também deram especial importância às instituições. Segundo sua teoria existiriam duas formas de estruturas institucionais: as inclusivas e as extrativistas. As primeiras são reflexos da democracia, da livre iniciativa e concorrência e do Estado de direito, onde os direitos e liberdades são respeitados. Já as do segundo tipo correspondem a governos autoritários, onde a atividade econômica se vê suprimida pela intervenção estatal e onde indivíduos e empresas não têm acesso aos seus direitos de forma equitativa. Nas palavras dos autores:

As instituições econômicas inclusivas criam mercados inclusivos, que não só conferem às pessoas a liberdade de realizar em sua vida aquela vocação mais adequada aos seus talentos, mas também criam condições iguais para todos, capazes de lhes proporcionar oportunidade para tanto. Quem tiver uma boa ideia terá a possibilidade de iniciar um negócio; os trabalhadores vão tender a dirigir-se às atividades em que sua produtividade seja maior; as empresas menos eficientes poderão ser substituídas por outras de maior eficácia. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p.60)

A relevância das instituições inclusivas para o desenvolvimento econômico se dá, pois elas são responsáveis por “preparem o terreno para dois outros motores da prosperidade: tecnologia e educação” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Para o

crescimento econômico ser sustentado é necessário que haja melhorias tecnológicas que permitam uma maior produtividade da mão de obra e do capital. E esse processo de inovação deve ser viabilizado por instituições que estimulem a propriedade privada, assegurem contratos e possibilitem o surgimento de novas empresas e empreendedores capazes de criar novas formas de produzir, reduzindo custos e aumentando os benefícios para o mercado como um todo.

As instituições extrativistas, em contra partida, são dominadas por elites econômicas e governamentais que impendem o surgimento dos fatores necessários para a prosperidade (ACEMOGLU E ROBINSON, 2012). Dessa forma, a livre concorrência é bloqueada e a iniciativa privada é inibida, onde maiores vantagens econômicas são ofertadas para certos grupos, em detrimento de outros. Segundo os autores essas instituições foram postas em prática em boa parte da história latino-americana, além de países como, Coreia do Norte, Congo e Serra Leoa.

Contudo, o crescimento sob instituições extrativistas é possível, porém tem causas e consequências diferentes. A União Soviética, por exemplo, por meio dos decretos do Partido Comunista eliminou os direitos à propriedade privada e buscou uma industrialização autoritária com o planejamento da Gosplan (órgão responsável por dirigir a economia soviética). Os índices de crescimento do bloco comunista eram mais elevados do que a maior parte do mundo ocidental e economistas acreditavam que a renda soviética ultrapassaria a americana em poucos anos. (ACEMOGLU E ROBINSON, 2012).

As instituições criadas na União Soviética, contudo, não geravam incentivos a inovação nem a mais eficiente alocação do capital disponível. Alta carga tributária era demanda para dar sustentação ao “desenvolvimento autoritário” e maiores vantagens eram ofertadas às elites do partido comunista do que ao indivíduo comum. Também existia uma notável preferência pela indústria pesada em detrimento da produção agrícola, que foi refreada causando surtos de fome por todo o país.

O esperado desenvolvimento soviético nunca foi alcançado e o regime chegou ao fim sem gerar maiores benefícios ao povo. Os russos criaram a AK47 e levaram o homem ao espaço, contudo a população continuava pobre e dependente, enquanto a elite comunista concentrava mais poder e mais riquezas. O mercado foi sendo suprimido até que a economia não suportou e ruiu no início da década de 1990. A planificação, portanto, produziu crescimento, mas não desenvolvimento.

Ronald H. Coase (1991) em seu discurso de recebimento do prêmio Nobel disse:

The value of including such institutional factors in the corpus of mainstream economics is made clear by recent events in Eastern Europe. These ex-communist countries are advised to move to a market economy, and their leaders wish to do so, but without the appropriate institutions no market economy of any significance is possible (Informação Verbal).

Em *Por Que as Nações Fracassam* (2012), Acemoglu e Robinson também mostram o caso das duas Nogales. Duas cidades que, além do mesmo nome, também são semelhantes em origens étnicas, fatores geográficos e cultura. Os cidadãos de Nogales, Arizona, nos Estados Unidos, possuem renda média de 30 mil dólares e bons níveis de instrução, enquanto isso a população de Nogales, Sonora, no México, têm apenas um terço da renda de seus vizinhos e grande parte não frequentou a escola até o ensino médio, mesmo vivendo numa região próspera de seu país.

Ao sul da fronteira vemos um país onde a lei e a ordem não são respeitadas e com histórico autoritário e intervencionista. Ao norte existe uma nação onde existe, de fato, o Estado de direito, onde se respeitam as regras do mercado e com tradição democrática. As diferentes instituições dessas cidades e países, portanto, geraram incentivos igualmente distintos e determinaram o nível de desenvolvimento econômico experimentado por suas populações.

Cabe, então, investigar que reformas são necessárias para transformar instituições econômicas extrativistas em inclusivas e, dessa forma, melhorar o desempenho econômico de uma nação e traçar estratégias em busca do desenvolvimento. Este capítulo, portanto, procura explicar algumas estruturas e instituições econômicas que precisam ser revistas e reestruturadas para alavancar os potenciais econômicos de um país, incentivando o mercado – empresas e indivíduos – na busca pela prosperidade.

Resumindo a relação entre as instituições e a economia Marcos Fernandes Gonçalves da Silva (2007, p.23) afirma:

A economia é uma ciência do artificial, pois o fenômeno econômico está assentado sobre instituições, regras formais e informais e valores. Tais construções, aparatos, são resultados de evolução histórica, produtos em maior ou menor grau da intenção humana, embora em geral o processo de evolução institucional seja tão complexo que foge ao controle das intenções. O Estado, o mercado, e as organizações em geral (empresas, famílias, igrejas, clubes, partidos etc.) são produtos humanos. (...)

O desenho de instituições, portanto, é um processo complexo, que muitas vezes depende do acaso histórico, até mesmo da geografia. Contudo, temos alguns graus de liberdade para construir e reformar instituições. Um país pode reformar sua constituição, redefinir seu sistema político, desenhar suas políticas públicas, combater (ou não) a corrupção, reformar o sistema judiciário, redesenhar suas leis, por exemplo. (...)

Os economistas costumam dizer, com razão, que as pessoas agem estrategicamente de acordo com os incentivos com os quais elas se deparam. Tais incentivos, todavia, são derivados das regras do jogo econômico, político e social, isto é, das instituições formais e informais, das normas e, inclusive, das regras convencionadas que impomos a nós mesmos e que condicionam nossa conduta enquanto agentes econômicos, políticos e sociais.

2.1 Instituições Informais

O filósofo e economista Thorstein Veblen (1919) define as instituições como hábitos e rotinas de conduta bastante arraigados num determinado momento histórico. Tais condutas generalizadas e coletivas formam as instituições políticas, econômicas e sociais.

Seguindo essa linha de pensamento a economista americana Deirdre McCloskey (2015) faz um apanhado histórico para explicar o que chama de o “Grande Enriquecimento”. Segundo a autora desde a pré-história até o fim do século XVIII a renda per capita de toda a população do mundo girava em torno de U\$ 3 por dia. Hoje a renda média diária é de U\$ 33 (em países desenvolvidos ultrapassa os U\$ 100), ou seja, dez vezes maior do que o resto história. McCloskey expõe como mudanças das normas e estruturas sociais na Holanda e Inglaterra nos anos 1800 deram início ao rápido processo de enriquecimento experimentado pela civilização.

McCloskey quebra com a teoria clássica que explica o crescimento econômico pela a acumulação de capital, ou pela exploração, numa visão marxista. Para ela o desenvolvimento só se torna possível quando os princípios de liberdade e dignidade são expandidos para toda a sociedade, permitindo que os mais pobres possam tomar suas próprias decisões, inovar e lucrar livremente.

Foi a partir deste momento que a hierarquia aristocrática e eclesiástica foi perdendo poder na sociedade. A burguesia agora experimentava tão ou mais prestígio que a nobreza. Lucrar, inovar e empreender passaram a ser atividades vistas com bons olhos e admiradas pelo povo. O lucro condenado pela Igreja Católica foi abraçado pelos reformistas e então virou rotina para a maioria dos europeus. Tais mudanças das estruturas sociais permitiram a prosperidade da criatividade humana.

Tal processo de enriquecimento pode ser percebido primeiramente na Inglaterra e na Holanda, depois nos Estados Unidos, França e Alemanha. Durante o século XX países como Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan também experimentaram tal fenômeno. Para autora dois grandes exemplos de países que estão passando por este processo atualmente são a Índia e a China.

Os indianos e chineses foram vistos por muito tempo como casos perdidos. Marcados por uma enorme densidade populacional e altos níveis de miséria, levaria várias décadas – ou quem sabe séculos – para que estes países se desenvolvessem. Durante o regime de Mao a China inclusive viu sua renda per capita diária chegar a U\$ 1 por dia.

Foi por volta dos anos 1970 e 1990 que China e Índia, respectivamente, mudaram seus rumos econômicos. Uma menor centralização de poder no Estado e com o a economia mais livres essas sociedades passaram a caminhar em direção dos princípios de mercado da mesma forma que a Europa fez séculos antes. Não à toa estes países experimentam hoje os mais altos crescimentos de renda per capita. Ainda segundo a autora os outros países do BRICS, Brasil, Rússia e África do Sul, ainda não conseguiram adotar tal fenômeno de forma concreta e por isso têm taxas de crescimento mais baixas.

Para McCloskey o progresso dos princípios de liberdade, igualdade e do que chama de “virtudes burguesas” permitiram que pessoas comuns pudessem enriquecer especialmente pela inovação que anteriormente era vista como algo negativo. Tais ideias criaram e alteraram estruturas sociais e permitiram o crescimento econômico em todas as civilizações que as abraçaram. A economista caracteriza esse fenômeno como o pacto burguês: “me deixe em paz e eu os deixarei ricos”, ou seja, permitir que os indivíduos empreendam e inovem livremente tornará a sociedade mais rica.

2.2 Instituições Formais

A escola de pensamento institucionalista, além de estudar questões culturais e sociais para explicar o desenvolvimento econômico também faz análise sobre as instituições formais como os sistemas governamentais e jurídicos. Para autores desta vertente um dos fatores determinantes do crescimento econômico é o direito à propriedade.

O direito de propriedade vem sendo analisado por economistas desde Adam Smith. Scully (1988) identificou que países com sistemas jurídicos mais bem estruturados na garantia de propriedade tinham um crescimento médio de 2,6% ao ano, contra 1,1% de países onde os direitos de propriedade são mais limitados. Goldsmith (1995) notou que países em desenvolvimento com sistemas de propriedade mais frágeis experimentam crescimento mais baixo do que seus pares com maiores garantias ao direito em questão. Já Torstenson (1994), num estudo com 68 países, mostrou que aqueles que passaram por expropriações arbitrárias tiveram impactos negativos no desenvolvimento de suas economias e calculou que eles poderiam aumentar em ao menos 1% suas taxas de crescimento apenas acabando com as expropriações.

Sistemas jurídicos, o império da lei e a garantia dos direitos de propriedade, portanto, têm sido vistos como fatos centrais na análise sobre o sucesso ou fracasso econômico das nações. Apesar de países em desenvolvimento terem avançado bastante em reformas liberalizantes e pró-mercado, ainda possuem instituições formais muito frágeis o que impossibilita uma maior prosperidade.

O economista peruano Hernando de Soto tentou explicar essas questões em seu livro *O Mistério do Capital* (2001). De Soto, como presidente do Instituto para Liberdade e Democracia (ILD), também tem auxiliado governos de países em desenvolvimento a criar uma economia de mercado inclusiva por meio de reformas nos seus sistemas jurídicos.

De Soto faz uma análise histórica sobre o desenvolvimento do conceito de direito de propriedade dos Estados Unidos. Hoje o sistema jurídico americano garante que os cidadãos tenham seus direitos à propriedade respeitados, além de protegê-los de expropriações e permitir que usufruam de seus imóveis, negócios e outros bens da forma que acharem necessário.

Enquanto nos Estados Unidos a hipoteca de imóveis é responsável por grande parte dos investimentos realizados, em países mais pobres esta prática é quase inexistente. A hipoteca, por definição, é uma forma de conseguir crédito utilizando-se da garantia legal sobre um bem. Como grande parcela das economias menos desenvolvidas está à margem do sistema legal, possibilidades de obtenção de crédito e investimento são mais restritas.

Segundo de Soto as propriedades informais nos países ainda não desenvolvidos chegam a soma de 10 trilhões de dólares. Isso é o que ele caracteriza

como capital morto, ou seja, ativos e bens impossibilitados de se transformar em riqueza. Nas Filipinas, por exemplo, 63% da população vive fora do regime legal, enquanto no Peru e no Egito essa taxa ultrapassa os 80%.

No século passado reformas legislativas nos países desenvolvidos englobaram boa parte da informalidade em seu regime legal, possibilitando uma maior geração de capital. Tal fato separa o sucesso das economias mais ricas do fracasso e estagnação das mais pobres. Como analisado pelo economista, a incipiência dos direitos de propriedade resulta numa estagnação econômica, seja por procedimentos legais muito caros e burocráticos, ou pela inexistência de legislação que proteja os indivíduos e suas empresas.

A impossibilidade ou a dificuldade de tomar direito (se intitular) sobre sua propriedade, seja um imóvel ou um negócio, bloqueia oportunidades de investimentos e, conseqüentemente, maior desenvolvimento econômico. Apesar de possuírem terras e casas as populações dos países pobres não têm o direito legal sobre elas, o que dificulta seu acesso ao crédito e a empréstimos, por exemplo.

Outros aspectos importantes dessa questão são a insegurança jurídica e a instabilidade que os países menos desenvolvidos experimentam por não terem instituições formais mais bem estruturadas. Quando as propriedades não estão enquadradas na legislação sofrem um risco constante de expropriações e crimes e ilegalidades como fraude e quebras de contrato são dificilmente punidos.

Tal sistema causa intensa desconfiança e incerteza entre os mais pobres, o que desincentiva maiores investimentos em seus negócios. De Soto afirma, então que o motivo para a maioria das pessoas e empresas operar na economia informal não é por elas serem criminosas ou culturalmente despreparadas para beneficiar-se da economia de mercado. Na verdade mercados informais prosperam porque é muito difícil entrar no sistema legal devido a custos burocráticos, normas discriminatórias e legislação malfeita.

Após vinte anos no Peru, o instituto auxiliou na formalização de mais de 1,7 milhões de ativos de imóveis urbanos e na criação de inúmeras empresas. Hoje a classe média peruana tem aumentado, enquanto a parcela mais pobre diminui e o PIB nacional tem crescido cerca de 8% ao ano, o que seria impensável sem sólidos direitos de propriedade.

O direito de propriedade é uma das bases da teoria capitalista, se aos povos mais pobres for negado tal direito eles nunca usufruirão dos benefícios do

capitalismo, como experimentado pelos ricos, e a miséria permanecerá como um grande problema em todo o mundo.

O Zimbábue é um célebre exemplo de como os direitos de propriedade são determinantes no sucesso de uma economia. Até os anos 2000 a economia do país estava em relativa ascendência. Contudo aos agricultores mais pobres não foram dados títulos as suas propriedades e as instituições políticas e jurídicas do país eram frágeis e falhas.

O resultado disso era visível, alguns grandes fazendeiros tinham terras verdes e férteis, graças aos incentivos aos investimentos e ao crédito gerados pela titulação do bem. Já as terras dos mais pobres, sem direito à propriedade e, portanto, sem oportunidade de financiamento ou estímulos a uma administração mais eficiente, eram secas e improdutivas.

A “solução” encontrada pelo governo zimbabuano foi a reforma agrária. O objetivo, apesar de nobre, foi realizado de maneira catastrófica. Em vez de oferecer titulações de terras aos mais pobres o governo minou, ainda mais, os direitos de propriedade. Sem garantia os bancos pararam de estender créditos para a agricultura. A forte instabilidade e insegurança jurídica prejudicaram o setor mais importante da economia daquele país.

Dessa forma houve uma intensa fuga de capitais, queda nas exportações e uma drástica redução de investimentos e de produção agrícola. Com isso o país passou por uma crise generalizada de fome. As consequências foram desastrosas, o PIB decresceu 18% ao ano em média e a inflação chegou aos 231.000.000% ao ano. O país, hoje, está entre os mais pobres do mundo e sua economia ainda tenta se reerguer (BBC BRASIL, 2015)

3. COMÉRCIO INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO

A importância do comércio internacional como fator determinante ao desenvolvimento econômico tem sido discutida por economistas de diversas escolas. Muitas teorias e modelos foram criados para analisar o tema. Apesar de alguns economistas, como Rodríguez e Rodrik (2001) duvidarem sobre os efeitos positivos da abertura econômica, segundo Mankiw cerca de 93% dos economistas concordam que políticas como tarifas e cotas de importação reduzem o bem estar econômico da população (MANKIW, 2009)

Desde Adam Smith autores tentam provar a importância do comércio para o crescimento das nações. Smith em *A Riqueza das Nações*(2010) afirma que toda vez que a sociedade “avança para mais aquisições... a condição dos trabalhadores pobres, ou seja, da grande massa do povo, parece melhor do que nunca”. Outro economista clássico, David Ricardo, também defendeu o comércio exterior como saída à estagnação que a Inglaterra vivia em consequência de políticas protecionistas. O modelo ricardiano leva em conta a teoria das vantagens comparativas, em que defende que cada país deve alocar seus recursos e capital nos setores onde são mais eficientes e produtivos.

A abertura comercial permite que o mercado doméstico possa consumir produtos e serviços estrangeiros que não poderiam ser produzidos – ou ao menos não produzidos de maneira mais eficiente - em seu próprio território. Importações permitem, portanto, que a economia nacional possa alocar mais capital nas áreas em que é mais produtiva e, como consequência, gera um desenvolvimento mais rápido e estável por meio da especialização econômica.

A Ásia é constantemente utilizada como exemplo dos efeitos positivos da integração ao comércio internacional. Os Tigres Asiáticos: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura alcançaram os níveis mais rápidos de crescimento ao liberalizarem seu comércio com países estrangeiros, incentivando a exportação e importando insumos necessários para seu desenvolvimento. Frankel, Romer e Cyrus (1996), em estudo sobre as economias asiáticas, mostraram que a abertura econômica e o comércio internacional tiveram contribuição significativa no desenvolvimento desses países.

Milton e Rose Friedman (1980) afirmam que Hong Kong é, de fato, um dos únicos exemplos de países que adotaram verdadeiramente o livre comércio. Em 1960 a renda per capita em Hong Kong era apenas 28% da renda do Reino Unido. Três décadas depois, em 1996, a renda média dos cidadãos de Hong Kong já era 137% da de seus antigos colonizadores britânicos.

Milton Friedman (1988, apud Morris, 2008, p.1) escreveu:

Compare a Grã-Bretanha, local de nascimento da Revolução Industrial, uma superpotência econômica em cujo império o sol nunca se punha – com Hong Kong, um pedaço de terra superpopuloso, sem quaisquer recursos além de um grande porto. Ainda assim, em quatro décadas, os residentes desse pequeno pedaço de terra superpovoada atingiram um nível de renda um terço maior do que os residentes do país que o colonizou.

Em seus primeiros anos como colônia inglesa, Hong Kong era vista com bastante pessimismo sobre seus potenciais econômicos e comerciais. Um diplomata britânico chegou a concluir que a colônia era apenas uma ilha improdutiva, que nunca seria um centro comercial. Robert Montgomery Martin, tesoureiro colonial, afirmou que Hong Kong não se tornaria, sob qualquer circunstância, um centro comercial. (MORRIS, 2008)

Em relatório sobre o comércio global o Fórum Econômico Mundial caracteriza Hong Kong como o segundo país mais capacitado ao comércio internacional, atrás apenas de outro tigre asiático: Singapura. O relatório afirma que Hong Kong é o país mais aberto ao comércio do mundo, porém sofre com altas tarifas cobradas por outras nações sobre seus produtos.

O governo de Hong Kong não cobra nenhuma tarifa aduaneira na importação ou na exportação. Também não existem cotas, nem impostos sobre o valor agregado. A infraestrutura logística também é um importante ponto positivo sobre o ambiente comercial do país.

Krugman e Obstfeld (1997) afirmam que durante as décadas de 50 e 60 havia uma ampla crença de que os países em desenvolvimento poderiam se desenvolver com base em políticas de substituição de importações. Contudo, as experiências das economias de alto desempenho da Ásia durante o Milagre do Leste Asiático provaram o contrário.

Inicialmente o Japão, em seguida os Tigres Asiáticos e mais tardiamente Indonésia, Malásia, Vietnã e China alcançaram altos níveis de crescimento, em

alguns casos ultrapassando os 10% ao ano. Em comum esses países puseram em prática políticas de abertura comercial e de maior integração aos fluxos de bens e capitais internacionais.

Os Tigres Asiáticos, por exemplo, cresceram em média de 8-9% ao ano, enquanto os já desenvolvidos Estados Unidos e Europa Ocidental cresciam de 2% a 3%. Durante esse período países da América Latina e da África adotaram largamente políticas protecionistas e de substituição de importações, porém, diferente do esperado não conseguiram alcançar os índices de desenvolvimento dos países mais ricos, como fizeram os países do Leste Asiático.

No final do século XX Singapura e Hong Kong já exportavam mais de 100% do seu PIB, em comparação à parcela de cerca de 9% de países como o Brasil. De fato, o isolamento das economias latinas do sistema internacional gerou apenas uma manutenção do atraso e do baixo dinamismo de seus mercados.

Criticando as políticas de substituição de importação postas em prática na América Latina, África e em partes da Ásia, Krugman e Obstfeld (1997, p. 265) afirmam:

O ataque a industrialização pela substituição de importações surge do fato de que muitos países que buscam a substituição das importações não têm mostrado nenhum sinal de progresso em relação aos países avançados. Em alguns casos, o desenvolvimento de uma base doméstica de produção de manufaturas parece ter levado a uma estagnação da renda per capita em vez de uma decolagem da economia. Isso se confirma na Índia, que após vinte anos de planos econômicos ambiciosos entre os anos 50 e 70 passou a ter uma renda apenas um pouco superior que anteriormente. Também é verdadeiro na Argentina, antigamente considerada um país rico, cuja economia passou a ter seu crescimento em ritmo muito lento durante décadas. Outros países, como o México, alcançaram o desenvolvimento econômico, mas não estreitaram o hiato em relação aos países avançados. Apenas alguns países em desenvolvimento realmente parecem ter melhorado na escala de renda e esses países ou nunca buscaram substituição das importações ou se moveram para longe dela.

Krugman e Obstfeld também citam o exemplo do Chile. Até a década de 70 o governo chileno vinha adotando medidas protecionistas assim como a maioria dos países latinos. Com o golpe militar o governo passou adotar políticas econômicas mais liberais, guiado pela Escola de Chicago. A abertura do mercado e novos acordos comerciais tiveram resultados positivos já em 1980 com o bom desempenho da economia chilena.

Em 2004 a soma dos valores das importações e exportações chilenas ultrapassou os 72% do seu PIB. Em comparação, o índice brasileiro foi de apenas 26%, ou seja, três vezes menor do que o percebido no Chile. O país hoje lidera, na América Latina, os índices de inserção na economia global e de liberdade econômica. (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2007)

Em 2013 o Chile foi o país latino com maior PIB per capita: cerca de US\$ 18.700. Desde então o Banco Mundial considera o país como uma economia de alta renda e desenvolvida (CASTRO, 2014). Não por coincidência o Chile também é o país latino com maior número de acordos de livre comércio.

Bhagwati (2004) afirma que o comércio deve ser a principal estratégia para elevação da renda e os padrões de vida e consumo dos países mais pobres. Em suas palavras o comércio estimula o crescimento e o crescimento, por sua vez, reduz a pobreza.

No livro *Em Defesa da Globalização*(2004), Bhagwati analisa, entre outros, os casos da Índia e China. Ambos os países com grandes índices de pobreza e com as maiores populações do mundo. Em comparação aos Tigres Asiáticos esses países puseram em prática políticas comerciais voltadas para dentro, isolando os mercados domésticos da economia internacional.

Enquanto Hong Kong, Singapura e Taiwan, por exemplo, puderam importar bens de capital modernos e a preços mais baixos com a redução das barreiras comerciais, China e Índia se mantiveram limitadas a produção nacional, basicamente agrícola e mineral o que impediu um progresso mais rápido.

A China passou a reformular suas políticas econômicas em 1978, orientando-se para fora. Tal caminho foi repetido pela Índia durante a década de 80, pontualmente, e na década de 90 mais extensivamente. Segundo os cálculos do Banco Mundial de 1980 a 2000 a China cresceu em média 10% ao ano e a Índia 6%.

Segundo estudos do Banco de Desenvolvimento Asiático, a pobreza baixou de 28% em 1978 para 9% em 1998, na China. As estatísticas do governo indiano mostram que a pobreza caiu de 51% em 1977 para 26% em 2000. Nos 25 anos anteriores as reformas liberalizantes na Índia o crescimento médio era de apenas 3,5% ao ano e a pobreza permaneceu estagnada em torno dos 55%.

Os impressionantes resultados das economias asiáticas, contudo não foram percebidos no mesmo patamar em países pobres da América Latina e África, que

não adotaram as mesmas estratégias comerciais. Ao contrário, mantiveram suas políticas voltadas para o mercado doméstico e visando uma industrialização por meio da substituição de importações e aumento das barreiras ao comércio internacional.

Srinivasan e Bhagwati (2002) mostraram que países que adotaram estratégias de substituição de importações tiveram resultados econômicos significativamente menores do que os experimentados pelos países que buscaram se integrar aos fluxos comerciais e tiveram sua estratégia focada nas exportações.

Os estudos de Sachs e Warner expõem que a abertura comercial está fortemente relacionada ao crescimento econômico tanto em países em desenvolvimento, quanto nos já desenvolvidos. No fim do século XX os países mais pobres, porém mais abertos, cresciam uma média de 4,49% ao ano, contra 0,69% dos igualmente pobres, contudo fechados. Entre os países ricos os índices foram de 2,29% e 0,74%, respectivamente (SACHS; WARNER, 1995),

Os autores também afirmam que apesar de economias mais abertas estarem mais suscetíveis a choques externos, seus resultados de crescimento ultrapassaram os resultados obtidos pelos países mais fechados em todos os anos das três últimas décadas do século passado.

Dollar e Kraay (2002) chegaram a conclusões similares. Os autores dividiram os países em desenvolvimento em grupos que iam dos mais fechados aos mais abertos comercialmente. A renda per capita dos países mais abertos crescia em torno de 1% ao ano durante a década de 60 e evoluiu para 5% ao ano na década de 90. Os países mais ricos viam sua renda média crescer 2% ao ano durante a década de 90 e os países em desenvolvimento, porém mais fechados, experimentavam um crescimento de apenas 1%.

Enquanto nos países que adotaram estratégias de abertura comercial a renda cresceu significativamente nas últimas décadas, nos países mais isolados economicamente o ritmo de crescimento chegou a cair. No primeiro grupo a lacuna que os separava dos países ricos foi sendo reduzida, enquanto nos últimos a diferença aumentou.

A abertura comercial tende a levar os países mais pobres a convergir em nível de renda e crescimento aos países ricos. Tal teoria pode ser observada nas experiências do Chile e dos Tigres Asiáticos e ainda pode ser percebida nos casos

da Índia e da China quem têm protagonizado esse processo de convergência nos últimos anos.

Lindert e Williamson (2003) também mostraram que nenhum país que seguiu políticas isolacionistas conseguiu alcançar o processo de *catch up*, quebrando com a teoria desenvolvimentista de que países em desenvolvimento poderiam enriquecer e se industrializar ao criar barreiras aos produtos estrangeiros, enquanto subsidiam a produção nacional.

Há um receio de que uma maior abertura à economia internacional causaria um atraso nos mercados menos desenvolvidos. Tal pensamento se dá por acreditar-se que uma maior integração à divisão internacional do trabalho faria com que países mais pobres mantivessem seu caráter agrário-exportador, impedindo assim um desenvolvimento da indústria nacional e reduzindo, portanto, o dinamismo e a complexidade de suas economias.

Bandow (2013), contudo, mostra que países mais abertos tendem a ter economias mais dinâmicas e exportações mais diversificadas. Na realidade, há algumas décadas a base de exportação dos países pobres era formada por produtos primários, enquanto agora já se pode perceber uma participação maior de produtos manufaturados e semi-manufaturados.

Bhagwati (2004, p. 200) também procura analisar como cada tipo de estratégia de integração econômica afeta os investimentos estrangeiros e a produção dos países que a adotam:

De fato, em vários países pobres no início da era antiglobalização, nos anos 50 e 60, quando se temia a integração voltada para fora, as multinacionais foram desencorajadas, juntamente com o comércio, como parte do que se chamava substituição de importação (IS) ou orientação para dentro, que favorecia uma desvinculação econômica substancial da economia mundial. Alguns países, porém temiam o comércio, mas encorajavam as multinacionais, chegando a utilizar grandes barreiras comerciais como forma de atrair a presença e os investimentos das multinacionais. A tática era dizer a uma multinacional acostumada a comercializar seus produtos – rádio, por exemplo – naquele país: “Não mais permitiremos as vendas de seus rádios. Você terá que montar fábricas aqui para poder vender seus produtos.” Tal tática, utilizada no contexto da estratégia de desenvolvimento IS, ficou conhecida por levar as multinacionais ao investimento interno em países estrangeiros para driblar as tarifas.

Portanto, apesar de alguns países terem atraído investimentos estrangeiros e multinacionais ao fecharem suas economias, tais fatores causaram pouco resultado no desenvolvimento de seus mercados. As multinacionais se instalaram em tais

países apenas como formar de burlar as barreiras e as altas tarifas, por isso os investimentos eram pouco produtivos, já que eram limitados ao espaço geográfico do determinado país.

As multinacionais acabavam por importar tudo que podiam e utilizavam suas plantas industriais domésticas apenas como montadoras. Dessa forma, esses investimentos não causaram grandes mudanças no perfil industrial e econômico dos países, gerando pouco ou nenhum desenvolvimento real da economia. Enquanto isso, o alto custo gerado pelas barreiras econômicas e tarifas anulava qualquer possibilidade de ganho com a instalação dessas multinacionais.

Bhagwati (2004, p.201-202), então, faz o contraponto com a estratégia de promoção de exportações:

Por outro lado, a promoção de exportação (EP), conhecida também como estratégia comercial voltada para fora, foi adotada nas economias do extremo oriente. Onde os países com estratégia IS utilizavam profusamente as barreiras à importação, tornando os mercados domésticos lucrativos e as vendas menos atraentes, os países com estratégia EP seguiam políticas comerciais e cambiais que eliminavam tal preconceito contra a exportação e criavam incentivos a ela. Vários estudos demonstraram que a estratégia EP, dos anos 60 até os 80 produziu um excepcional crescimento das exportações e, conseqüentemente, um desempenho econômico extraordinário. Assim como a estratégia EP se revelou proveitosa para o crescimento e os lucros sociais decorrentes do investimento doméstico eram substanciais, os lucros sociais para o investimento estrangeiro também o eram.

Os investimentos resultantes da estratégia EP, portanto, causaram frutos mais positivos. A promoção das exportações incentivou que multinacionais instalassem fábricas para produzir não apenas para o limitado mercado doméstico, mas também para o mercado internacional, com maiores potencialidades de crescimento e geração de lucro.

A instalação de multinacionais também gera incentivos para as empresas locais, devido à concorrência e à transferência de conhecimentos técnicos e gerenciais. Indústrias e empresas nacionais têm a oportunidade de aprender com os procedimentos adotados pelas empresas estrangeiras, modernizando sua produção e se adequando ao mercado global.

A concorrência também tem o papel importante na mudança do caráter econômico dos países mais abertos ao comércio e ao investimento estrangeiro. Num mercado menos protegido as empresas domésticas se vêem obrigadas a investir e se capacitar cada vez mais para concorrer com a alta qualidade e os baixos preços

dos concorrentes estrangeiros. Uma maior integração econômica e maior abertura aos fluxos comerciais e de capital geram, portanto, inegáveis incentivos ao incremento à produtividade.

Assim sendo, pode-se perceber que a globalização, em seu caráter econômico, gera ganhos em potencial aos países que conseguem aproveitá-la. Seja pela importação de produtos a preços mais baixos, por ganhos com a exportação, por maiores investimentos estrangeiros ou pela transferência de know-how a abertura econômica cria diversas possibilidades para o crescimento e o desenvolvimento das economias mais pobres, permitindo assim, que elas convirjam aos mercados mais desenvolvidos e ricos. A literatura econômica mostra que estratégias de maior integração à economia global permitem que os países possam surfar na onda da globalização, enquanto estratégias isolacionistas promovem seu afogamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento é, de fato, um grande desafio, mas a historiografia econômica mostra que os obstáculos não são insuperáveis. O mundo hoje é um lugar mais próspero do que o era há alguns anos e tende a ser ainda mais no futuro. A parcela da população mundial em extrema pobreza nunca foi tão baixa e só é uma questão de tempo até alcançarmos um mundo sem miséria, não é mais uma utopia.

Países anteriormente pobres da Europa, Ásia, Oceania e América hoje se encontram entre os mais desenvolvidos e um futuro similar se pode prever para os ainda em desenvolvimento, especialmente na América Latina e na África. Os caminhos já estão sendo traçados e experiências exitosas nas quais se espelhar podem ser encontradas em todos os continentes.

As instituições sociais, econômicas e políticas por todo o globo, apesar dos percalços, têm se tornado progressivamente mais inclusivas e menos extrativistas, usando do conceito de Acemoglu e Robinson (2012). A globalização tem equiparado as economias mais atrasadas às mais avançadas e tem gerado mais oportunidades e melhor qualidade de vida aos mais pobres.

Não só a renda tem aumentado, mas também índices de desenvolvimento humano. Como defendeu Amartya Sen(2000) a liberdade vem gerando o desenvolvimento que, como consequência, produz mais liberdade. Economias mais abertas, descentralizadas, dinâmicas, modernas e com menos privilégios governamentais têm incentivando a formação de instituições mais inclusivas e participativas, gerando mais oportunidades, melhoras no bem-estar e mais liberdades civis à população.

Quanto maior liberdade para comercializar, produzir, empreender, lucrar, investir, se expressar, cooperar e buscar seus próprios desejos maior será a capacidade dos indivíduos e das sociedades de prosperarem. Só existe um caminho para o desenvolvimento: a liberdade.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991: o desafio do desenvolvimento (Português). **Banco Mundial**, 1991. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/263791468340850534/Relatorio-sobre-o-desenvolvimento-mundial-1991-o-desafio-do-desenvolvimento>>. Acesso em 24 nov. 2016.

BANDOW, Doug. Globalization and poverty: the engine of economic growth and development. **Institute for Faith, Work & Economics**, 2013. Site sobre economia sob perspectiva cristã. Disponível em: <<https://tifwe.org/resource/globalization-and-poverty-the-engine-of-economic-growth-and-development/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BARROS, Alúcio Antonio de; PEREIRA, Claudia Maria Miranda de Araújo. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.12, n. 4, p. 975-993, out/dez. 2008.

BBC BRASIL. Ante hiperinflação, Zimbábue troca moeda: 175 quadrilhões valem US\$ 5. **BBC Brasil**, São Paulo, 12 Jun. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150612_zimbabue_dolar_mdb>. Acesso em 24 no. 2016.

BHAGWATI, Jagdish. **Em defesa da globalização**: como a globalização está ajudando ricos e pobres. São Paulo: Elsevier, 2004;

BHAGWATI, Jagdish.; SRINIVASAN, T. N. Outward-orientation and development: are revisionists right?. **Yale University**, 1999. Disponível em: <http://www.econ.yale.edu/growth_pdf/cdp806.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. Trade and poverty in the poor countries. **Columbia University Academic Commons**, 2002, Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10022/AC:P:14609>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e Sociedade**, Campinas, v.12, p.1-20, jun. 1999.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Artigo no site do autor. Disponível em: <<http://www.bresserpereira>.

org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>. Acesso em 24 nov. 2016.

CASTRO, Rabello de. **O mito do governo grátis**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

DOINGBUSINESS.ORG. **Economy Rankings**. Site filiado ao Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/rankings>>. Acesso em 24 nov. 2016.

DOLLAR, David; KRAAY, Aart. Spreading the wealth. **Foreign Affairs**, jan/fev 2002. Jornal americano de relações internacionais. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2002-01-01/spreading-wealth>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

FRANKEL, Jeffrey A.; ROMER, David; CYRUS, Teresa. Trade and growth in east Asian countries: cause and effect?. **National Bureau of Economic Research**, 1996. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5732>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

FRIEDMAN, Milton. The role of monetary policy. **The American Economic Review**, Pittsburgh v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968. In: RIBEIRO, Fernando. Friedman, monetarismo e keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento econômico em meados do século XX. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 58-74, 2013.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. World Economic and Financial Surveys. **Fundo Monetário Internacional**, 2016. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/weodata/groups.htm>>. Acesso em 24 nov. 2016.

GIAMBIGI, Fábio; SCHWARTSMAN, Alexandre. **Complacência**: entenda por que o Brasil cresce menos do que pode. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GOLDSMITH, Arthur A. Democracy, property rights and economic growth. **Journal of Development Studies**, v.32, n.2, p. 157-174, 1995.

GWARTNEY, James; LAWSON, Robert; HALL, Joshua. Economic Freedom of the World Annual Report 2014. Site da organização canadense Fraser Institute.

Disponível em: <<https://www.fraserinstitute.org/sites/default/files/economic-freedom-of-the-world-2016.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2016.

HARBER, Stephen. **Crony capitalismo and economic growth in Latin America: theory and evidence**. Stanford: Hoover Press, 2002.

INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT, **Acordos bilaterais de livre comércio do Chile: um exemplo a ser seguido?**. Site de ONG suíça, 2007. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/acordos-bilaterais-de-livre-com%C3%A9rcio-do-chile-um-exemplo-a-ser-seguido>>. Acesso em 24 nov. 2016.

IORIO, Ubiratan. **Dez lições fundamentais de economia austríaca**. São Paulo: Mises Brasil, 2013.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and interdependence revisited. **International Organizations**, Cambridge, v. 41, n. 4, p.725-753, autumn, 1987.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional – teoria e política**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 1997.

LINDERT, Peter H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. Globalization in historical perspective?. **National Bureau of Economic Research**, 2001. Disponível em: <<http://papers.nber.org/books/bord03-1>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. Does globalization make the world more unequal?. **National Bureau of Economic Research**, 2001. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w8228>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Rev. Econ. Polit.** v. 33, n.4, São Paulo, out/dec. 2013.

MANKIWN, Greg. **News flash: economists agree**. Blog do autor. 2009. Disponível em: <<http://gregmankiw.blogspot.com.br/2009/02/news-flash-economists-agree.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

MCCLOSKEY, Deirdre N. Ideas, not interests or institutions, caused the great enrichment. **Man and the Economy**, Chicago, v. 2, n.1, p. 7-24, apr. 2015.

MORRIS, Andrew P. Freedom works: the case of Hong Kong. **Foundation for Economic Education**, 2008. Disponível em: <<https://fee.org/articles/freedom-works-the-case-of-hong-kong/>>. Acesso em 24 nov. 2016.

NICKELL, Stephen; NICOLITSAS, Daphne; DRYDEN, Neil. What makes firms perform well? **European Economic Review**, Örebro, v.41, n.3-5, p. 783-796, abr. 1997.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RODRÍGUEZ, F., RODRIK, D., Trade policy and economic growth: a skeptics guide to the cross-national evidence. In: BERNANKE, B., ROGOFF, K. (Orgs.), **NBER Macroeconomics Annual 2000 v.15**. Cambridge: MIT Press, pp. 261–325, 2001.

SACHS, Jeffer D.; WARNER, Andrew. Economic reform and the process of global integration. **Brookings Papers on Economic Activity**, Washington, 1995.

Disponível em:

<http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/pubs/brookings_q195.pdf>
. Acesso em: 24 nov. 2016.

SALA-I-MARTIN, Xavier. The world distribution of income estimated from individual country distribution. **National Bureau of Economic Research**, 2002. Disponível em < <http://www.nber.org/papers/w8933>>. Acesso em 24 nov. 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. **The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle**,. London: Transaction Publishers, 2008.

SCULLY, Gerald W. **The institutional framework and economic development**. Dallas: Journal of Political Economy, v. 96, n 3, p. 652-662, jun. 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHARMA, Ruchir. **Os rumos da prosperidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **Ética e economia: impactos na política, no direito e nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, V. 70, n. 1, pp. 65-94, 1956.

SOTO, Hernando de. **O mistério do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STEWART Jr., Donald. **O que é liberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2995.

TORSTENSSON, Johan. **Property rights and economic growth: an empirical study**. Basel: Kiklos, v.47, n. 2, p. 231-247, 1994.

TROYO, Marcos. Apenas poucos países 'emergem'. **Folha de São Paulo**, 2005. Disponível em <<http://m.folha.uol.com.br/colunas/marcostroyjo/2015/08/1670462- apenas-poucos-paises-emergem.shtml?mobile>>. Acesso em 24 nov. 2016.

U.S GORNMMENT PRINTING OFFICE. **Economic report to the president**. Washington: U.S Gornment Printing Office, 1998. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/economic_reports/1998.pdf>. Acesso em 24 nov. 2016.

VEBLEN, Thorstein. **The place of science in modern civilization and other essays**. New York: Huebsch, 1919.